

RECURSO ESPECIAL Nº 1.830.565 - SE (2019/0230973-3)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
RECORRENTE : FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
RECORRIDO : CAROLINE RAMOS BARRETO
ADVOGADO : THIAGO RAMOS MATOS OLIVEIRA E OUTRO(S) - SE008862
INTERES. : SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO TIRADENTES LTDA
ADVOGADO : WILSON MACEDO SIQUEIRA E OUTRO(S) - SE001654
INTERES. : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADO : PAULA GIRON MARGALHO E OUTRO(S) - SE001819

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto pelo FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado:

"EMENTA: ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. FUNDO DE FINANCIAMENTO AO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR - FIES. LEGITIMIDADE DO FNDE E DA CAIXA. ADITAMENTO CONTRATUAL. ALTERAÇÃO PARA FIANÇA SOLIDÁRIA. POSSIBILIDADE.

1. Trata-se de apelações interpostas pelo FNDE e pela Caixa Econômica Federal, em face da sentença proferida que julgou procedente o pedido para determinar fosse liberada a renovação do contrato da apelada, relativamente ao primeiro semestre de 2015, possibilitando a alteração da modalidade de fiança convencional para a solidária.

2. Não há que se falar em falta de interesse processual superveniente, em face do cumprimento da decisão que, em sede de antecipação da tutela, determinou aos réus, a liberação da renovação contratual, no sistema SisFIES, do primeiro semestre de 2015, e a alteração da modalidade de fiança convencional para solidária. Faz-se necessária a confirmação dos termos do decisum de forma exauriente, o que garante à apelada a estabilidade de seu conteúdo através do trânsito em julgado do título judicial.

3. Equivocada a apelação do FNDE, para a redução da verba honorária, eis que o apelado não atribuiu à causa o valor de R\$ 1.000,00, e sim de R\$ 349.200,00. Não se vislumbra excesso no valor de R\$ 2.000,00, para cada um dos réus, haja vista o comando do art. 20, § 4º, do CPC/73.

4. Ilegitimidade passiva da Caixa rejeitada. Não obstante o

contrato de financiamento tenha sido assinado em 17/01/14, quando o FNDE já se encontrava na condição de agente operador do sistema, detém a Caixa legitimidade ad causam para figurar na demanda, eis que, na condição de agente financeiro, consoante dispõe a Lei nº 12.202/10, e sendo a questão posta em debate atinente à garantia contratual, qual seja, a possibilidade ou não de alteração do fiador, com nítida possibilidade de repercussão na questão financeira da avença, possui a apelante legitimidade para figurar na demanda.

5. Apelações e remessa oficial improvidas" (fl. 367e).

Os Embargos Declaratórios opostos foram acolhidos para suprir omissão, sem efeitos modificativos, consoante ementa de seguinte teor:

"EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. FIES. ART. 3º, INCISOS I E II, DA LEI Nº 10.260/01. ART. 206, DA CF. PREQUESTIONAMENTO. REFORMA DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. IMPOSSIBILIDADE.

1. Trata-se de embargos de declaração opostos pelo FNDE e pela parte autora, objetivando que seja sanada a omissão, para fins de prequestionamento, no que tange ao art. 3º, incisos I e II, da Lei nº 10.260/01, e ao art. 206, da CF; bem como a reforma dos honorários advocatícios.
2. Cabem embargos de declaração para suprir omissão de ponto relevante sobre o qual o órgão jurisdicional deveria ter se pronunciado (art. 535, II, do CPC/73; e art. 1.022, II, do CPC/2015). O acórdão não se manifestou de forma expressa acerca dos dispositivos invocados.
3. O inciso II, do art. 3º, da Lei 10.206/1, dispõe que o FNDE, na condição de agente operador do Programa, é o responsável por todos os procedimentos operacionais efetuados no âmbito do Fies.
4. Quanto à ausência de manifestação expressa sobre o art. 206, da CF, o voto examinou a matéria de fundo, em consonância com os princípios nele constantes, de modo que a apreciação da questão garantiu à parte autora o direito de acesso à educação, nos termos nele dispostos.
5. Quanto aos embargos de declaração da parte autora, estes não podem ser acolhidos. A questão cuida-se de autêntica hipótese de rediscussão do julgado. Ademais, não é possível a incidência da regra do novo CPC, eis que não se encontrava vigente à época da prolação

da sentença.

6. Embargos de declaração providos" (fl. 396e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com fulcro na alínea **a** do permissivo constitucional, aduz a parte recorrente violação do acórdão recorrido aos seguintes dispositivos e respectivas teses:

(a) 1º, 3º, § 1º, e 5º, III, da Lei 10.260/2001 - "verifica-se, portanto, que quem pretende obter o financiamento de seu curso através do programa do FIES deverá se sujeitar ao regramento respectivo, determinando-se assim um regramento de sujeição especial (pacta sunt servanda), motivo pelo qual não é possível a alteração de suas cláusulas por vontade própria e unilateralmente as condições do financiamento" (fl. 408e);

(b) 44 da Portaria MEC 15/2011 - "pelas regras editadas pelo Ministério da Educação (MEC) com base na autorização contida no artigo 3º, § 1º, da Lei nº 10.260/01, não é permitido alterar a modalidade de garantia no curso do contrato, sendo portanto, ilegal o pleito da autora, posto que viola severamente as normas que regem o programa" (fl. 410e);
e

(c) 85 do CPC/2015 - "a resolução da demanda, através do cumprimento da tutela de urgência, gerou a perda superveniente do interesse de agir da autora, ora recorrida, devendo, alternativamente, a sentença ser extinta sem resolução de seu mérito, senão julgados improcedentes os pedidos da ação. 16. Diante da situação adequada, para o presente caso, de extinção do processo sem resolução do mérito, inexistiria a idéia de vencido e vencedor, o que é requisito necessário para a condenação em honorários advocatícios" (fl. 410e).

Requer, ao final, o provimento do recurso.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fl. 446e).

A irresignação, todavia, não merece prosperar.

Inicialmente, em relação aos arts. 1º, e 3º, § 1º, da Lei 10.260/2001, que tratam do Fundo de Financiamento Estudantil e sua gestão, verifica-se que os dispositivos não contém comando para infirmar os fundamentos do acórdão recorrido, aplicando-se a Súmula 284 do STF, por deficiência na fundamentação do Recurso Especial.

Ademais, inviável o conhecimento do Recurso Especial quanto à alegação de ofensa aos arts. 1º, e 3º, § 1º, da Lei 10.260/2001, porquanto seria meramente reflexa, sendo imprescindível para a modificação da controvérsia a análise da Portaria nº 15/2011 do MEC.

Com efeito, o conceito de tratado ou lei federal, previsto no art. 105, inciso III, **a**, da Constituição Federal, deve ser considerado em seu sentido estrito, não compreendendo súmulas de Tribunais, bem como atos administrativos normativos.

Nesse sentido:

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR. EXPEDIÇÃO DE DOCUMENTOS CONCERNENTES À VIDA ACADÊMICA DO ALUNO. COBRANÇA. ALEGAÇÃO DE OFENSA AOS ARTS. 1º, § 5º, DA LEI N. 9.870/99, 39, V, E 51, IV, DO CDC. NECESSIDADE DE INTERPRETAR ATO NORMATIVO QUE NÃO SE ENQUADRA NO CONCEITO DE TRATADO OU LEI FEDERAL.

1. Em que pese ter a parte recorrente alegado ofensa aos arts. 1º, § 5º, da Lei n. 9.870/99; 39, V, e 51, IV, do CDC, verifica-se que o exame da controvérsia, tal como enfrentada pela Corte de origem, demanda a interpretação da Portaria Normativa n. 40/2007 do MEC e do Parecer CNE/CES n. 164/2009, atos normativos estes que não se enquadram no conceito de 'tratado ou lei federal' de que cuida o art. 105, III, a, da CF.

2. Agravo interno desprovido" (STJ, AgInt no REsp 1.490.498/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 23/08/2018).

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVOS DAS LEIS N. 8.078/90 E 9.870/99. RESOLUÇÃO DO MEC. EXAME NO ESPECIAL. INVIABILIDADE.

1. O Plenário do STJ decidiu que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2).

2. A via excepcional não se presta para análise de ofensa a resolução, portaria, regimento interno ou instrução normativa, atos administrativos que não se enquadram no conceito de lei federal.

Precedentes.

3. Hipótese em que o exame da apontada violação dos arts. 1º, § 5º, da Lei n. 9.870/1999 e 51, IV e X e § 1º, II, da Lei n. 8.078/1990 perpassa necessariamente pela interpretação da Portaria Normativa n. 40/2007 do MEC, sendo meramente reflexa a vulneração dos dispositivos legais indicados pelo agravante.

4. Agravo interno desprovido" (STJ, AgInt no AREsp 1.013.166/RJ, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 05/04/2018).

Ademais, por simples cotejo entre as razões do Recurso Especial e os fundamentos do acórdão recorrido, observa-se que a tese recursal referente ao oferecimento de garantias adequadas pelo estudante, nos moldes do art. 5º, III, da Lei 10.260/2001, sequer implicitamente foi apreciada pelo Tribunal de origem, e nem foi objeto dos Embargos Declaratórios opostos na origem.

Por essa razão, à falta do indispensável prequestionamento, não pode ser conhecido o recurso especial, incidindo o teor da Súmula 282 do STF ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada").

Nesse sentido:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EFEITO SUSPENSIVO PLEITEADO. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PARA CONCESSÃO. JUSTIÇA GRATUITA DEFERIDA. MERA SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS. CUMPRIMENTO PARCIAL DA OBRIGAÇÃO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356/STF. CLÁUSULA PENAL. REVISÃO DO PATAMAR FIXADO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

1. A concessão de efeito suspensivo só é admitida em situações extremamente excepcionais, a saber: quando demonstrada a alta probabilidade de provimento do recurso especial, nas hipóteses de dano de difícil reparação, ou quando o acórdão for contrário à jurisprudência pacífica desta Corte, o que não é o caso dos autos.

2. Embora o demandante seja beneficiário da justiça gratuita, isso não lhe confere isenção, mas apenas a suspensão da exigibilidade dos ônus sucumbenciais.

3. A matéria relativa ao cumprimento parcial da obrigação não foi debatida no acórdão estadual, nem foi objeto dos embargos de declaração opostos, faltando, por conseguinte, o requisito indispensável do prequestionamento, o que faz incidir, por analogia, as Súmulas n. 282 e 356 do STF.

4. A modificação do entendimento lançado no acórdão estadual, para concluir que ainda se mostra excessivo o patamar para o qual a multa contratual foi reduzida, exigiria o reexame de fatos e provas, vedado pelo Enunciado n. 7/STJ.

5. Agravo interno desprovido" (STJ, AgInt no AREsp 1.195.011/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA

TURMA, DJe de 26/03/2018).

Por fim, no que toca à ausência de interesse da parte recorrida, e consequente violação ao art. 85 do CPC/2015, importa considerar que persiste o seu interesse porquanto não seria possível o pagamento das mensalidades da universidade sem a renovação do contrato de fiança, o que levaria, inevitavelmente, ao distrato entre a instituição educacional e o FNDE, com a consequente interrupção dos estudos da discente.

Com efeito, o cumprimento da decisão de antecipação de tutela foi confirmada pela sentença de fls. 281/288e, de forma exauriente, garantindo à parte recorrida a estabilidade de seu conteúdo através do trânsito em julgado do título judicial, sendo a condenação em honorários advocatícios consectário lógico de sua sucumbência.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, **II**, do RISTJ, **conheço em parte** do Recurso Especial, e nessa extensão, **nego-lhe provimento**.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte **recorrida**, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

I.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora